

Nota à Primeira Edição	xxxvii
Nota à Segunda Edição	xxxix
Nota à Terceira Edição	xli
Nota à Quarta Edição	xliii
Nota à Quinta Edição	xliv
Nota à Sexta Edição	xlvii

PARTE I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 1 – Teoria da Constituição	3
1.1. Justificativa para uma Teoria da Constituição.....	3
1.2. Conteúdo da Teoria da Constituição	4
1.3. Problemas da Teoria da Constituição	5
Capítulo 2 – Poder Constituinte	7
2.1. Introdução	7
2.2. Legitimidade do Poder Constituinte.....	7
2.3. A Formulação Teórica de Sieyès	9
2.4. Conceito, Natureza, Caracteres, Titularidade e Exercício do Poder Constituinte.....	12
2.4.1. Conceito de Poder Constituinte.....	12
2.4.2. Poder Constituinte: Poder de Fato ou de Direito?	12
2.4.3. O Pensamento de Georges Burdeau e os Caracteres do Poder Constituinte: Inicialidade, Autonomia e Incondicionalidade.....	13
2.4.4. Poder Constituinte e Constituições Costumeiras.....	13
2.4.5. Titularidade e Exercício do Poder Constituinte	14
2.5. Espécies de Poder Constituinte.....	14
2.5.1. Poder Constituinte Originário e Derivado. Poder Constituinte Decorrente.....	14
2.5.1.1. Poder Constituinte Derivado e Poder Constituinte Decorrente: Expressões Equívocas?	16
2.5.2. Poder Constituinte Material e Formal.....	18
2.5.3. Nossa Opção: Poder Constituinte Inato e Adquirido	19
2.6. Limitações ao Poder de Reforma	20
2.6.1. Limitações Processuais.....	20

2.6.2. Limitações Circunstanciais	20
2.6.3. Limitações Materiais Explícitas e Implícitas	21
2.6.4. Limitações Temporais	22
2.7. Mutação Constitucional.....	23
2.7.1. Conceito	23
2.7.2. Divergência Terminológica na Doutrina.....	24
2.7.3. Caracteres da Mutação Constitucional	25
2.7.4. As Constituições Flexíveis Podem Sofrer Mutação Constitucional?	25
2.7.5. Inércia Legislativa e Mutação Inconstitucional	26
2.7.6. Competência Absoluta e Mutação Constitucional.....	26
Capítulo 3 – Constituição	29
3.1. Conceito.....	29
3.2. Concepções Sobre as Constituições	29
3.2.1. A Acepção Sociológica de Constituição	29
3.2.2. O Sentido Político de Carl Schmitt	31
3.2.3. A Concepção Jurídica de Hans Kelsen	32
3.2.4. A Concepção de Constituição Total	33
3.3. Classificação das Constituições.....	34
3.3.1. Fundamento para a Classificação das Constituições.....	34
3.3.2. A Classificação das Constituições no Direito Constitucional Estrangeiro ..	35
3.3.3. A Classificação das Constituições na Doutrina Brasileira	38
3.3.3.1. Quanto ao Conteúdo: Materiais e Formais	38
3.3.3.2. Quanto à Forma: Escritas e Não Escritas.....	39
3.3.3.3. Quanto à Origem: Populares e Outorgadas	39
3.3.3.4. Quanto à Estabilidade: Rígidas, Super-Rígidas, Flexíveis e Semirígidas	39
3.3.3.5. Quanto ao Modo de Elaboração: Dogmáticas e Históricas	39
3.3.3.6. Quanto à Ideologia: Ortodoxas e Ecléticas	40
3.3.3.7. Quanto à Extensão: Sintéticas e Analíticas.....	40
3.3.3.8. Síntese Conclusiva sobre a Classificação da Constituição de 1988 ..	40
3.4. Objeto e Conteúdo das Constituições.....	40
3.5. Elementos das Constituições	41
Capítulo 4 – História do Constitucionalismo	43
4.1. Justificativa do Capítulo	43
4.2. O Surgimento da Proteção aos Direitos Fundamentais.....	43
4.3. O Constitucionalismo Clássico, a Revolução Francesa e a Independência Americana	45
4.3.1. O Constitucionalismo Clássico e a Racionalização do Poder.....	48
4.4. A Derrocada do Constitucionalismo Clássico e o Surgimento do Constitucionalismo Social.....	48
4.5. Conceito e Classificação dos Direitos Sociais	50
4.6. Fundamentos do Constitucionalismo Social	51
4.7. Importância do Constitucionalismo Social.....	56

4.8. Evolução	58
4.8.1. As Constituições Liberais dos Séculos XVIII e XIX.....	58
4.8.2. As Constituições do Século XX.....	59
4.8.2.1. A Constituição do México de 1917.....	60
4.8.2.2. A Constituição de Weimar.....	61
4.8.2.3. A Constituição da Itália, de 1947.....	62
4.9. Constitucionalismo Social no Brasil	63
4.10. A Constituição Europeia de 2003: Constituição sem Estado?	69
Capítulo 5 – Histórico das Constituições Brasileiras	71
5.1. Razão do Tratamento Específico do Tema	71
5.2. A Constituição Imperial de 1824	71
5.3. A Constituição Republicana de 1891.....	76
5.4. A Constituição de 1934.....	78
5.5. A Constituição de 1937.....	80
5.6. A Constituição de 1946.....	82
5.7. A Constituição de 1967.....	84
5.8. A Constituição de 1969.....	86
Capítulo 6 – Interpretação da Norma Constitucional.....	89
6.1. Introdução	89
6.2. Interpretação da Norma	91
6.2.1. Interpretação e Hermenêutica	93
6.2.2. Limites à Interpretação.....	94
6.2.3. A Tese da Única Interpretação Correta.....	95
6.2.4. Processos Clássicos de Interpretação da Norma.....	96
6.2.4.1. Processo Gramatical	96
6.2.4.2. Processo Lógico.....	98
6.2.4.3. Processo Sistemático.....	99
6.2.4.4. Processo Histórico-Evolutivo.....	100
6.2.4.5. Crítica aos Processos Tradicionais	102
6.3. Técnicas de Interpretação Constitucional	102
6.3.1. Interpretação Constitucional em Sistema de Common Law.....	104
6.3.2. Neoconstitucionalismo e Técnicas de Interpretação Constitucional.....	105
6.3.2.1. O Método Tópico e a Interpretação Constitucional.....	107
6.3.2.2. A Interpretação Constitucional e o Pensamento Possibilista de Häberle	114
6.3.2.3. A Semiologia e a Interpretação Constitucional	115
6.3.2.4. A Técnica de Ponderação de Interesses	118
6.4. Princípios de Interpretação Constitucional.....	120
6.4.1. O Princípio da Unidade.....	124
6.4.2. O Princípio da Concordância Prática	125
6.4.3. O Princípio do Efeito Integrador	126
6.4.4. O Princípio da Correção Funcional.....	127
6.4.5. O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição	128

6.4.5.1. Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto. Distinção da Interpretação Conforme	131
6.4.6. O Princípio da Coloquialidade	131
6.4.7. O Princípio da Máxima Efetividade	132
6.4.8. O Princípio da Proporcionalidade	133
Capítulo 7 – Aplicabilidade das Normas Constitucionais	137
7.1. Constituição em Sentido Material e Formal	137
7.1.1. Distinção Necessária entre Eficácia, Aplicabilidade, Validade, Vigência, Vigor e Existência	138
7.1.2. A Vigência, a Eficácia e a Retroação da Norma Constitucional	147
7.2. A Nova Ordem Constitucional em Face das Normas Anteriores: Recepção, Revogação, Repristinação e Desconstitucionalização	148
7.2.1. Recepção. O Princípio da Continuidade da Ordem Jurídica	148
7.2.2. Revogação	149
7.2.3. Repristinação. Repristinação Imprópria	149
7.2.4. Desconstitucionalização	151
7.3. Evolução Teórica da Eficácia Constitucional	151
7.3.1. A Eficácia na Moderna Doutrina Constitucional	156
7.3.1.1. A Doutrina Brasileira e a Moderna Teoria da Eficácia Constitucional	159
7.4. A Supereficácia das Normas Constitucionais de Direito Social	167
7.5. Efeitos das Normas Constitucionais Programáticas	171
7.5.1. O Direito Fundamental ao Mínimo Existencial	173
7.6. Eficácia do Preâmbulo	176
7.7. Norma Constitucional com Eficácia Plena	177
7.8. Norma Constitucional com Eficácia Relativa Restringível	178
7.9. Norma Constitucional com Eficácia Relativa Complementável	180
7.10. A Constitucionalização Simbólica	180
7.10.1. Constitucionalização Simbólica, Autopoiese e Alopoiese	182
Capítulo 8 – Controle de Constitucionalidade	183
8.1. Supremacia da Constituição	183
8.2. Tipos de Inconstitucionalidade	184
8.2.1. Inconstitucionalidade Material, Formal e Orgânica. A Inconstitucionalidade Chapada	184
8.2.2. Inconstitucionalidade Imediata e Derivada	185
8.2.3. Inconstitucionalidade Parcial e Total	185
8.2.4. Inconstitucionalidade Comissiva e Omissiva	186
8.2.5. Inconstitucionalidade Originária e Superveniente	187
8.3. Momentos para a Efetivação do Controle de Constitucionalidade	187
8.4. Sistemas de Controle Repressivo das Normas Inconstitucionais	189
8.4.1. Controle Político	189
8.4.2. Controle Judicial (<i>Judicial Review</i>)	190
8.4.3. Controle Misto	190

8.4.4. Exceções ao Controle Judicial no Brasil	190
8.5. O Controle de Constitucionalidade no Direito Estrangeiro.....	191
8.5.1. O Sistema Americano (Controle Concreto-Difuso).....	191
8.5.2. O Sistema Austríaco (Controle Concentrado-Abstrato).....	192
8.5.3. O Controle de Constitucionalidade na Suíça	193
8.5.4. O Controle de Constitucionalidade na Alemanha.....	193
8.5.5. O Controle de Constitucionalidade na Itália	193
8.6. Evolução do Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	193
8.6.1. A Constituição Imperial de 1824	193
8.6.2. A Constituição Republicana de 1891.....	193
8.6.3. A Constituição de 1934	194
8.6.4. A Constituição de 1937	194
8.6.5. A Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965. A Consti- tuição de 1967.....	194
8.7. Modos de Exercício do Controle Jurisdicional no Brasil.....	195
8.7.1. O Controle Concreto-Difuso.....	195
8.7.2. O Controle Abstrato-Concentrado	196
8.7.2.1. A Fiscalização Direta da Constitucionalidade no Brasil.....	197
8.7.2.1.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Legitimidade....	197
8.7.2.1.1.1. Objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade..	197
8.7.2.1.1.2. Controle de Constitucionalidade e Descum- primento da Decisão do STF.....	202
8.7.2.1.1.3. Reclamação Constitucional e Súmula Não Vin- culante. Não Cabimento	202
8.7.2.1.2. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.....	203
8.7.2.1.2.1. Distinção entre a Ação Direta de Inconstitu- cionalidade por Omissão e o Mandado de In- junção.....	206
8.7.2.1.2.2. O Procedimento da Ação Direta de Inconstitu- cionalidade por Omissão e a sua Disciplina pe- la Lei nº 12.063, de 27 de outubro de 2009	207
8.7.2.1.3. Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	208
8.7.2.1.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental..	210
8.7.2.1.4.1. Órgão Competente para apreciação. Possibi- lidade de ADPF Estadual	210
8.7.2.1.4.2. Espécies de ADPF.....	211
8.7.2.1.4.3. Significado de “Preceito Fundamental”	212
8.7.2.1.4.4. Controle Concentrado de Norma Municipal e o “Silêncio Eloquente” do Art. 102, I, A, CF... ..	213
8.7.2.1.4.5. O Caráter Ambivalente da ADPF	213
8.7.2.1.4.6. ADPF e o Princípio da Subsidiariedade.....	214
8.7.2.1.4.7. Quorum para Julgamento	215
8.7.2.1.4.8. ADPF, Eficácia contra Todos e Efeito Vincu- lante.....	215

8.7.2.1.4.9. Modulação Temporal da Eficácia da Decisão na ADPF.....	215
8.7.2.1.4.10. Legitimidade para a ADPF.....	215
8.7.3. Parâmetro de Controle de Constitucionalidade no Brasil.....	216
8.8. A Participação do Senado no Controle de Constitucionalidade	216
8.8.1. O Procedimento torna “Misto” o Sistema de Controle Brasileiro?.....	217
8.8.2. A Atribuição do Senado é Exercitável no Controle Concreto-Difuso ou no Abstrato-Concentrado?.....	217
8.8.3. Declarada a Inconstitucionalidade pelo STF, Encontra-se a Casa Legislativa Obrigada à Suspensão da Lei?	218
8.8.4. A Decisão que Suspende a Execução da Norma é Retroativa?.....	218
8.8.5. Quem pode Comunicar ao Senado a Respeito da Decisão do STF?.....	219
8.8.6. Qual a Amplitude do Pronunciamento Legislativo?	220
8.8.7. É Passível de Revogação pelo Próprio Senado o Ato Suspensivo Expedido?.....	220
8.8.8. Qual o Significado de “Lei” no Art. 52, X?.....	220
8.8.9. Leis Estaduais e Municipais Também Podem Ter a Execução Suspensa pelo Senado?.....	221
8.9. O Controle de Constitucionalidade e a Pertinência Temática.....	221
8.10. O Procedimento na Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade	225
8.10.1. Petição Inicial na Ação Direta. Instrumento de Mandato. Aditamento. Necessidade de Impugnação Específica da Lei ou Ato Normativo Considerado Inconstitucional pelo Autor	225
8.10.2. O Princípio da Indisponibilidade da Instância	227
8.10.3. Prazo para Informações.....	227
8.10.4. A Figura do <i>Amicus Curiae</i>	227
8.10.5. Requisição Quanto a Informações Adicionais	231
8.10.6. Medida Cautelar. <i>Quorum</i> para Apreciação. Possibilidade de Desistência. Medida Cautelar em ADC.....	231
8.10.7. Decisão na ADIn e ADC. <i>Quorum</i> Regimental	232
8.10.8. Irrecorribilidade da Decisão.....	232
8.10.9. Modulação Temporal da Eficácia da Decisão na ADIn	232
8.10.10. O Princípio da Interpretação Conforme a Constituição. Distinção da Declaração Parcial de Inconstitucionalidade sem Redução de Texto..	233
8.11. Distinção entre Eficácia <i>Erga Omnes</i> e Efeito Vinculante.....	233
8.11.1. Destinatários do Efeito Vinculante.....	235
8.11.2. Limite Temporal do Efeito Vinculante	237
8.11.3. A “Abstratização” do Controle Concreto-Difuso e a Eficácia <i>Erga Omnes</i>	238
8.12. O Controle de Constitucionalidade e o Princípio da Simetria.....	240
8.13. Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade	245
8.13.1. O Art. 27, da Lei nº 9.868/99 e sua Aplicabilidade ao Controle Concreto	248
8.13.2. Efeitos da Declaração de Constitucionalidade	249

8.14. O Poder Executivo e as Leis Inconstitucionais	249
8.15. Coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade	250
8.16. Controle de Constitucionalidade e Normas Revogadas.....	253

PARTE II

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO. PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO

Capítulo 9 – Princípios Fundamentais.....	257
9.1. Justificativa do Capítulo	259
9.2. Os Princípios Fundamentais como Normas Jurídicas.....	260
9.2.1. Os Princípios Fundamentais em Espécie. República, Federação e Estado Democrático de Direito.....	260
9.2.1.1. Princípio Republicano.....	260
9.2.1.2. Princípio Federativo.....	262
9.2.1.3. Estado Democrático de Direito.....	266
9.2.2. Os Fundamentos do Estado Brasileiro	267
9.2.2.1. A Soberania.....	267
9.2.2.2. A Cidadania. Sentido Amplo e Estrito	272
9.2.2.3. A Dignidade da Pessoa Humana.....	273
9.2.2.4. Os Valores Sociais do Trabalho e da Livre-Iniciativa	276
9.2.2.5. O Pluralismo Político	277
9.2.3. O Parágrafo Único do art. 1º da Constituição.....	278
9.2.4. O Art. 2º da Constituição e a Tripartição das Funções Estatais	280
9.2.5. Os Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º)... ..	282
9.2.5.1. Sociedade Livre, Justa e Solidária (art. 3º, I, CF)	282
9.2.5.2. Garantir o Desenvolvimento Nacional (art. 3º, II, CF)	283
9.2.5.3. Erradicar a Pobreza e a Marginalização e Reduzir as Desigualdades Sociais e Regionais (art. 3º, III, CF).....	284
9.2.6. O Art. 4º e as Relações Internacionais	285
9.2.6.1. Independência Nacional (art. 4º, I, CF).....	286
9.2.6.2. Prevalência dos Direitos Humanos (art. 4º, II, CF)	286
9.2.6.3. Autodeterminação dos Povos e Não Intervenção (art. 4º, III e IV, CF)	287
9.2.6.4. Igualdade entre os Estados (art. 4º, V, CF).....	287
9.2.6.4.1. Igualdade entre os Estados e o Princípio da Reciprocidade... ..	288
9.2.6.4.2. Igualdade entre os Estados e a Existência de Microestados... ..	288
9.2.6.4.3. Igualdade entre os Estados e Imunidade de Jurisdição	289
9.2.6.5. Defesa da Paz (art. 4º, VI, CF)	290
9.2.6.6. Solução Pacífica dos Conflitos (art. 4º, VII, CF).....	291
9.2.6.7. Repúdio ao Terrorismo e ao Racismo (art. 4º, VIII, CF).....	291
9.2.6.8. A Cooperação entre os Povos para o Progresso da Humanidade (art. 4º, IX, CF).....	291

9.2.6.9. Concessão de Asilo Político (art. 4º, X, CF)	292
9.2.6.10. A Redação do Parágrafo Único do Art. 4º da Constituição.....	292

Capítulo 10 – Organização do Estado Brasileiro	293
10.1. Considerações Iniciais sobre a Forma Federativa de Estado	293
10.1.1. Natureza Jurídica do Estado federal	295
10.1.1.1. Teoria da Divisão da Soberania ou da Dupla Soberania.....	295
10.1.1.2. Teoria do Direito dos Estados-Membros.....	296
10.1.1.3. Teoria da Participação dos Estados-Membros na Formação da Vontade do Estado Federal ou Teoria do Estado Unitário Qualificado.....	297
10.1.1.4. Opinião.....	297
10.1.2. Federalismo e Federação	297
10.2. O Art. 18 da Constituição e a Organização do Estado Brasileiro	298
10.3. Os Territórios na Constituição de 1988.....	300
10.4. O Distrito Federal	301
10.4.1. Natureza Jurídica do Distrito Federal. A Questão da Autonomia Dis- trital	301
10.4.2. Organização do Distrito Federal	303
10.5. Os Municípios	303
10.5.1. A Lei Orgânica Municipal.....	304
10.5.2. A Controvérsia sobre a Inclusão dos Municípios na Federação Brasi- leira	307
10.5.3. Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios	309
10.5.4. Competências dos Municípios.....	311
10.5.5. Fiscalização do Município.....	313
10.6. As Vedações Impostas aos Entes da Federação Brasileira	313
10.6.1. Os Documentos Públicos e o Art. 19, II.....	314
10.6.2. O Art. 19, III, e o Princípio da Isonomia entre Brasileiros.....	314
10.7. Os Estados na Federação Brasileira.....	315
10.7.1. Bens dos Estados	318
10.7.2. Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário dos Estados-Membros	319
10.8. A União na Federação Brasileira.....	321
10.8.1. Bens da União	322
Capítulo 11 – Competências na Federação Brasileira	325
11.1. Introdução	325
11.2. A Teoria dos Poderes Implícitos	325
11.3. A Teoria da Predominância do Interesse	327
11.4. As Competências em Espécie	328
11.4.1. Competências Exclusivas.....	328
11.4.2. Competências Privativas	331
11.4.2.1. Requisitos à Delegação da Competência Privativa.....	335
11.4.3. Competências Comuns	339
11.4.4. Competências Concorrentes.....	342

11.4.4.1. A Competência Suplementar	346
11.4.4.1.1. Competência Suplementar Municipal.....	348
11.4.5. Competência Residual ou Remanescente.....	348
Capítulo 12 – Intervenção Federal.....	351
12.1. O Princípio da Não Intervenção.....	351
12.2. Caracteres da Intervenção Federal.....	352
12.2.1. Natureza Política.....	352
12.2.2. Provisoriedade.....	353
12.3. Espécies de Intervenção	353
12.3.1. A Intervenção Espontânea	353
12.3.2. A Intervenção Provocada.....	356
12.3.2.1. A Intervenção Provocada por Solicitação	356
12.3.2.2. A Intervenção Provocada por Requisição.....	356
12.3.2.2.1. A Requisição Prevista no Art. 36, II, e a Obrigatorie-	
dade da Edição do Decreto Interventivo pelo Presi-	
dente da República	358
12.3.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	360
12.3.3.1. Hipóteses de Cabimento.....	360
12.3.3.1.1. ADIn Interventiva e Princípios Constitucionais Sen-	
síveis	360
12.3.3.1.2. ADIn Interventiva e Recusa à Execução de Lei Federal..	361
12.3.3.1.2.1. Recusa à Execução de Lei Federal por Parte de	
Município. Competência para Processar e Jul-	
gar a Adin Interventiva.....	362
12.4. Controle Político da Intervenção.....	362
12.5. Manifestação do Conselho da República ou do Conselho de Defesa Nacional...	363
Capítulo 13 – Divisão das Funções do Estado	365
13.1. Crítica à “Tripartição” do Poder.....	365
13.1.1. Caracteres do Poder: Unidade, Indelegabilidade e Coatividade	365
13.2. Evolução Teórica da Tripartição das Funções Estatais	366
13.3. Presidencialismo e Parlamentarismo. Caracteres	368
Capítulo 14 – Poder Legislativo	371
14.1. O Poder Legislativo. Bicameralismo Federativo. Funcionamento do Cong-	
resso Nacional.....	371
14.2. Organização.....	373
14.2.1. As Comissões.....	374
14.2.1.1. Comissões Temporárias	374
14.2.1.2. Comissões Permanentes	374
14.2.1.3. Comissões Representativas.....	375
14.2.1.4. Comissões Mistas	376
14.2.1.5. Comissões e Dispensa de Exame de Projeto de Lei pelo Ple-	
nário.....	376

14.2.3. As Comissões Parlamentares de Inquérito	376
14.2.3.1. As Comissões Parlamentares de Inquérito no Direito Constitucional Estrangeiro	377
14.2.3.2. As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Brasileira de 1988	378
14.2.3.2.1. CPI e a Expressão “Poderes de Investigação Próprios das Autoridades Judiciais”	379
14.2.3.2.2. CPI e Medidas Cautelares	379
14.2.3.2.3. CPI e Proibição de Autoincriminação.....	380
14.2.3.2.4. CPI e Prisão de Indiciado.....	381
14.2.3.2.5. CPI e Quebra dos Sigilos Bancário, Fiscal e Telefônico. O Princípio da Colegialidade	381
14.2.3.2.6. CPI e Liberdade de Informação Jornalística. Televisamento de Sessão de CPI	383
14.2.3.2.7. CPI e Convocação de Magistrados.....	384
14.2.3.2.8. CPI e Reclamação Constitucional.....	385
14.2.3.2.9. CPI e Ilegitimidade Passiva de Mesa do Senado e da Câmara dos Deputados	385
14.2.3.2.10. CPI, Imunidade Material e Depoimento de Parlamentar	386
14.2.3.3. Pressupostos Constitucionais à Criação de CPI	386
14.2.3.3.1. Requerimento de Um Terço dos Membros da Casa Legislativa.....	386
14.2.3.3.2. Fato Determinado.....	386
14.2.3.3.3. Prazo Certo	387
14.2.3.3.4. CPI e o art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.....	388
14.3. Atribuições e Competências Exclusivas do Congresso Nacional	389
14.4. A Câmara dos Deputados.....	391
14.4.1. Competências da Câmara dos Deputados.....	391
14.4.1.1. Juízo de Admissibilidade do Processo de Impeachment.....	392
14.4.1.2. Tomada de Contas do Presidente da República.....	393
14.4.1.3. Elaboração do Regimento Interno.....	393
14.4.1.4. Competências de Natureza Administrativa	393
14.4.1.5. Eleição dos Membros do Conselho da República.....	394
14.5. O art. 50 da Constituição e a Fiscalização do Poder Executivo	394
14.6. O Senado.....	395
14.6.1. Competências do Senado.....	395
14.6.1.1. Julgamento do Presidente da República.....	397
14.6.1.2. Aprovar a Escolha de Autoridades Federais	397
14.6.1.3. Escolha de Chefes de Missões Diplomáticas Permanentes	397
14.6.1.4. Autorizar a Realização de Operações Externas de Caráter Financeiro.....	398

14.6.1.5. Fixação dos Limites Globais para o Montante da Dívida Consolidada.....	398
14.6.1.6. A Resolução Coparticipativa.....	399
14.6.1.7. Aprovação de Destituição do Procurador-Geral da República ..	399
14.7. Prerrogativas Parlamentares	399
14.7.1. Justificativa.....	399
14.7.2. Espécies de Prerrogativas.....	400
14.7.2.1. Imunidade Material ou Inviolabilidade	400
14.7.2.2. Imunidade Formal ou Processual Condicionada	402
14.7.2.3. Privilégio de Foro	405
14.7.2.4. Parlamentares e Dever de Testemunhar	407
14.7.2.5. Isenção do Serviço Militar	407
14.8. Vedações Parlamentares. As Incompatibilidades.....	407
14.9. Perda do Mandato Parlamentar	409
14.9.1. O Princípio da Unidade de Legislação e a Perda do Mandato.....	410
14.10. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. O Tribunal de Contas da União. Composição	412
14.10.1. Competência do Tribunal de Contas da União.....	413
14.10.2. O Sistema de Controle Interno	415
14.10.3. Tribunais de Contas Estaduais e Municipais.....	416
Capítulo 15 – O Processo Legislativo	417
15.1. O Processo Legislativo. Conceito e Natureza Jurídica.....	417
15.2. O Art. 59 da Constituição e a Hierarquia das Espécies Normativas.....	418
15.3. Espécies de Processo Legislativo	419
15.4. O Rito no Processo Legislativo Ordinário.....	420
15.4.1. A Iniciativa: Reservada ou Exclusiva e Concorrente.....	421
15.4.1.1. Iniciativa Reservada e Incentivos Fiscais.....	422
15.4.2. Discussão e Votação.....	423
15.4.3. Revisão: Aprovação, Emendas e Rejeição	423
15.4.3.1. Aprovação	423
15.4.3.2. Emendas	423
15.4.3.2.1. Espécies de Emendas	424
15.4.4. A Intervenção Presidencial no Processo Legislativo Brasileiro. A Sanção	424
15.4.4.1. O Defeito de Iniciativa e a Teoria da Convalidação Condicionada	425
15.4.4.2. O Veto	426
15.4.5. Promulgação e Publicação.....	428
15.5. O Rito no Processo Legislativo Especial.....	428
15.6. O Processo Legislativo e as Leis Delegadas	430
15.6.1. Lei Delegada: Aspectos Gerais	430
15.6.2. Autoridade Competente Para Elaboração da Lei Delegada.....	431
15.6.3. Matérias Que Não Podem Ser Objeto de Lei Delegada	431

15.6.4. Espécies de Lei Delegada	432
15.6.5. Veículo Normativo Autorizatório de Lei Delegada	432
15.6.6. Impossibilidade de Delegação Legislativa Perene	432
15.7. Os Decretos Legislativos e as Resoluções	433
15.7.1. Natureza dos Decretos Legislativos	433
15.7.2. Procedimento Formativo dos Decretos Legislativos.....	433
15.7.3. Distinção entre Decretos Legislativos e Decretos-Leis.....	434
15.7.4. Campo Material e Efeitos das Resoluções	434
15.7.5. Espécies de Resoluções	435
15.7.6. Procedimento Formativo das Resoluções.....	435
15.8. O Processo Legislativo e as Medidas Provisórias	435
15.8.1. A Edição de Medidas Provisórias Após a EC nº 32/01	440
15.8.1.1. Vedação Material às Medidas Provisórias	440
15.8.1.2. Medidas Provisórias em Matéria Tributária	441
15.8.1.3. Prazo de Vigência das Medidas Provisórias.....	441
15.8.1.4. Perda de Eficácia de Medida Provisória.....	442
15.8.1.5. Medida Provisória Modificada por Projeto de Lei de Conversão..	442
15.8.1.6. Medida Provisória e Juízo Prévio Sobre Atendimento de Pressupostos Constitucionais	443
15.8.1.7. Medida Provisória e Travamento da Pauta.....	443
15.8.1.8. Medidas Provisórias e Apreciação pelas Casas do Congresso Nacional.....	443
15.8.1.9. Consequências da Rejeição de Medida Provisória.....	444
Capítulo 16 – Poder Executivo.....	445
16.1. Introdução	445
16.2. Classificação do Poder Executivo (Maurice Duverger)	445
16.3. Titular do Poder Executivo no Brasil	446
16.4. Classificação das Atribuições do Presidente da República	446
16.5.1. Eleição do Presidente da República.....	447
16.5.2. Condições de Elegibilidade	447
16.5.3. Possibilidade de Reeleição.....	448
16.5.4. Eleição e o Princípio da Maioria Absoluta.....	448
16.5.5. Morte, Desistência ou Impedimento Legal de Candidato	448
16.5.6. Posse do Presidente e do Vice	448
16.5.7. Impedimento e Vacância do Presidente e do Vice e Exercício Provi- sório da Presidência da República	449
16.5.8. Vacância dos Cargos de Presidente e Vice e o Tempo de Mandato Decorrido.....	449
16.6. Responsabilidade do Presidente da República	450
16.6.1. Constituições Estaduais e Regra Mais Benéfica Quanto à Prisão de Governador.....	452
16.7. Amplitude do § 4º do Art. 86.....	453

16.7.1. Foro Especial por Prerrogativa de Função e Crimes Dolosos Contra a Vida Praticados pelo Presidente da República.....	454
Capítulo 17 – Administração Pública	455
17.1. Introdução. A Função Administrativa. Administração Pública Direta e Indireta	455
17.2. Princípios Constitucionais da Administração Pública.....	457
17.2.1. O Princípio da Legalidade.....	457
17.2.2. O Princípio da Impessoalidade	458
17.2.2.1. Distinção entre Impessoalidade e Igualdade.....	460
17.2.3. O Princípio da Moralidade.....	461
17.2.3.1. Princípio da Moralidade e Nepotismo.....	462
17.2.3.1.1. Nepotismo e a Súmula Vinculante nº 13	463
17.2.4. O Princípio da Publicidade	464
17.2.5. O Princípio da Eficiência	466
17.3. Questões Constitucionais sobre os Agentes Públicos	468
17.3.1. Os Agentes Públicos: Agentes Políticos, Administrativos, Honoríficos e Delegados	468
17.3.1.1. Conceito de Agente Público	468
17.3.1.2. Espécies de Agentes Públicos.....	468
17.3.1.2.1. Agentes Políticos	469
17.3.1.2.2. Agentes Administrativos.....	469
17.3.1.2.3. Agentes Honoríficos	470
17.3.1.2.4. Agentes Delegados.....	470
17.3.2. O Art. 37, I, e o Acesso aos Cargos, Empregos e Funções Públicas.....	471
17.3.3. O Art. 37, II, e o Concurso Público.....	471
17.3.3.1. Função de Confiança e Cargo em Comissão	472
17.3.4. O Exame do Art. 37, Incisos II e IX, e os Problemas da Contratação de Servidores Temporários.....	475
17.3.5. Concurso Público: Readmissão, Reversão e Transposição à Luz do Art. 37, II, da Constituição.....	478
17.3.5.1. Considerações sobre a Transposição do Regime Celetista para Estatutário	479
17.3.6. O Art. 37, II, e o Problema dos Requisitos Fixados em Edital.....	481
17.3.7. Greve no Serviço Público	481
17.3.7.1. O Direito de Greve no Serviço Público e o Julgamento dos MIs nºs 670 e 712.....	484
17.3.7.2. Greve no Serviço Público, Negociação Coletiva e Lei Orçamentária	484
17.3.8. Valor Máximo para Remunerações e Subsídios	485
17.3.9. Acumulação de Cargos Públicos	487
17.3.10. O § 3º, I, do Art. 37 e o Direito de Reclamação	488
17.3.11. O Art. 41 e a Estabilidade dos Servidores Públicos.....	489

Capítulo 18 – Poder Judiciário	497
18.1. Organização do Poder Judiciário Brasileiro	497
18.1.1. O STF é Corte Constitucional?	497
18.2. A Função Judicial. Funções Típicas e Atípicas do Poder Judiciário	499
18.3. O Art. 93 e a Organização da Magistratura Nacional.....	500
18.4. Juizados Especiais e Justiça de Paz.....	505
18.5. Autonomia Administrativa e Financeira do Poder Judiciário	506
18.6. A Constituição e o Regime de Precatórios.....	507
18.7. Garantias. Vedações Constitucionais Impostas aos Juízes	510
18.8. Competências do Supremo Tribunal Federal.....	511
18.8.1. O Recurso Extraordinário e a Repercussão Geral das Questões Consti- tucionais	514
18.9. O Supremo Tribunal Federal e a Súmula Vinculante	517
18.9.1. A Súmula Vinculante Após a Edição da Lei nº 11.417, de 19 de de- zembro de 2006.....	523
18.9.1.1. Súmula Vinculante e Reclamação Constitucional.....	526
18.10. O Conselho Nacional de Justiça.....	530
18.10.1. Atribuições do Conselho Nacional de Justiça	531
18.11. O Superior Tribunal de Justiça.....	534
18.11.1. Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	534
18.12. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	536
18.12.1. Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	537
18.12.2. Competência dos Juízes Federais	537
18.13. Os Tribunais e Juízes do Trabalho	541
18.13.1. Competência da Justiça do Trabalho	541
18.13.1.1. Os Dissídios Coletivos e a Competência da Justiça do Tra- balho.....	550
18.13.2. Os Tribunais Regionais do Trabalho	553
18.14. Tribunais e Juízes Eleitorais	554
18.15. Tribunais e Juízes Militares.....	555
18.15.1. Competência da Justiça Militar.....	556
18.16. Tribunais e Juízes dos Estados.....	556
18.16.1. Competência da Justiça Estadual	556
18.16.2. Funcionamento da Justiça Estadual.....	557
18.17. Disciplina Constitucional dos Serviços Notariais e de Registro.....	557
Capítulo 19 – Funções Essenciais à Justiça	559
19.1. O Princípio da Inércia da Jurisdição e as Funções Essenciais à Justiça	559
19.2. O Ministério Público	560
19.2.1. Princípios Institucionais.....	561
19.2.1.1. Unidade	561
19.2.1.2. Indivisibilidade	562
19.2.1.3. Independência Funcional.....	562
19.2.1.4. O Princípio do Promotor Natural.....	563

19.2.2. Autonomias Funcional, Administrativa e Financeira do Ministério Público.....	566
19.2.2.1. Alteração de Lei Complementar e Autonomia do Ministério Público.....	569
19.2.3. Organização do Ministério Público no Brasil	571
19.2.3.1. Chefia do MPU	571
19.2.3.2. Destituição do Procurador-Geral da República.....	572
19.2.3.3. Competência para Nomeação do Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.....	572
19.2.3.4. O Conselho Nacional do Ministério Público	573
19.2.3.4.1. Atribuições do Conselho Nacional do Ministério Público	574
19.2.3.4.2. Funcionamento do Conselho Nacional do Ministério Público.....	575
19.2.4. Garantias Funcionais	575
19.2.4.1. Vitaliciedade	575
19.2.4.2. Inamovibilidade	576
19.2.4.3. Irredutibilidade de Subsídio.....	577
19.2.5. Vedações.....	578
19.2.6. Funções Institucionais	579
19.2.6.1. Promoção Privativa da Ação Penal Pública.....	580
19.2.6.2. Zelo pelo Efetivo Respeito aos Poderes Públicos e dos Serviços de Relevância Pública	581
19.2.6.3. Promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública	581
19.2.6.4. Promoção da Ação de Inconstitucionalidade e da Representação Interventiva.....	582
19.2.6.5. Defesa Judicial dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas	583
19.2.6.6. Expedição de Notificações.....	583
19.2.6.7. Investigação do MP e Denúncia Anônima	585
19.2.6.8. Controle Externo da Atividade Policial	586
19.2.6.9. Requisição de Diligências Investigatórias e Instauração de Inquérito Policial.....	586
19.2.6.10. O Art. 129, IX como Norma de Fechamento.....	589
19.2.7. O Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas.....	590
19.3. A Advocacia Pública.....	591
19.4. A Advocacia	594
19.5. A Defensoria Pública	595
19.5.1. A Dimensão Atual do Acesso à Justiça.....	596
19.5.1.1. Acesso à Justiça e a Defensoria Pública.....	597
19.5.2. Defensoria Pública e Legitimidade para Ação Civil Pública	598
Capítulo 20 – Estado de Defesa e Estado de Sítio	601
20.1. Introdução	601

20.2. Princípios Atinentes ao Estado de Defesa e Estado de Sítio	601
20.2.2. O Princípio da Temporariedade.....	602
20.2.3. O Princípio da Proporcionalidade	602
20.3. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Defesa e de Estado de Sítio ...	602
20.3.1. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Defesa.....	602
20.3.2. Pressupostos Materiais à Decretação de Estado de Sítio	603
20.4. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Defesa e Estado de Sítio	603
20.4.1. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Defesa	603
20.4.2. Pressupostos Formais à Decretação de Estado de Sítio.....	604
20.5. O Art. 139 e as Restrições aos Direitos Individuais.....	605
Capítulo 21 – Tributação e Orçamento	607
21.1. O Sistema Constitucional e as Espécies Tributárias.....	607
21.2. Competências Constitucionais Tributárias.....	608
21.3. Princípios Constitucionais Tributários	609
21.3.1. O Princípio da Legalidade Estrita	609
21.3.2. O Princípio da Igualdade Tributária.....	609
21.3.3. O Princípio da Irretroatividade	610
21.3.4. O Princípio da Anterioridade	611
21.3.5. O Princípio da Imunidade Tributária Recíproca	611
21.3.6. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal.....	612
21.3.7. O Princípio da Anterioridade Nonagesimal Genérica.....	612
21.3.7.1. Traços Distintivos entre Anterioridade, Anterioridade Nonagesimal e Anterioridade Nonagesimal Genérica.....	614
21.3.8. O Princípio do Não Confisco	615
21.3.9. O Princípio da Uniformidade Geográfica	616
21.4. Impostos da União	617
21.5. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.....	617
21.6. Impostos dos Municípios	617
21.7. Repartição das Receitas Tributárias	617
21.8. Finanças Públicas	620
21.8.1. Normas Gerais sobre Finanças Públicas	620
21.8.2. O Sistema Constitucional Orçamentário.....	621
21.8.3. Classificação do Orçamento Público	622
21.8.4. Princípios Constitucionais Orçamentários.....	623
21.8.4.1. Princípio da Unidade.....	623
21.8.4.2. Princípio da Exclusividade.....	624
21.8.4.3. Princípio da Anualidade.....	624
21.8.4.4. Princípio da Programação	624
21.8.4.5. Princípio da Especialização ou da Especificação	624
21.8.4.6. Princípio da Universalidade.....	625
21.8.4.7. Princípio da Transparência Orçamentária	625
21.8.4.8. Princípio da Não Afetação das Receitas	625

21.8.5. Vedações Orçamentárias	625
21.8.6. Desvinculação das Receitas da União (DRU).....	628

PARTE III

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS ORDEM ECONÓMICA E FINANCEIRA ORDEM SOCIAL

Capítulo 22 – Teoria dos Direitos Fundamentais	631
22.1. Justificativa do Capítulo	631
22.2. Opção pela Expressão “Direitos Fundamentais”	631
22.2.1. Direitos Fundamentais e Direitos Humanos	631
22.2.2. Direitos Fundamentais e Liberdades Públicas	635
22.2.3. Direitos Fundamentais e Direitos Individuais	635
22.2.4. Direitos Fundamentais e Direitos Públicos Subjetivos.....	636
22.2.5. Significado da Expressão “Direitos e Garantias Fundamentais”.....	636
22.3. As Gerações dos Direitos Fundamentais	637
22.4. Visão Crítica dos Direitos Fundamentais	638
22.5. Caracteres dos Direitos Fundamentais	639
22.6. A Teoria dos Limites Imanentes dos Direitos Fundamentais.....	639
22.7. Concorrência de Direitos Fundamentais.....	641
22.8. A Materialidade dos Direitos Fundamentais.....	641
22.9. A Eficácia Externa ou Horizontal dos Direitos Fundamentais	643
Capítulo 23 – Direitos Individuais	647
23.1. Uma Questão Inicial: os Destinatários dos Direitos Individuais.....	647
23.2. Direito à Vida.....	648
23.2.1. Pena de Morte e Plebiscito	649
23.2.2. Direito à Vida e Aborto.....	650
23.2.3. Direito à Vida e Eutanásia.....	652
23.2.4. Direito à Vida e Pesquisas com Células-Tronco	654
23.3. O Princípio da Isonomia	654
23.3.1. Discriminação Legítima e Ilegítima.....	656
23.3.2. Igualdade Entre Homens e Mulheres	657
23.3.3. O Princípio da Igualdade e as Ações Afirmativas.....	657
23.3.3.1. Ações Afirmativas: Questões Conceituais.....	657
23.3.3.2. Ações Afirmativas nos Estados Unidos	658
23.3.3.3. Ações Afirmativas no Brasil. Sistema de Quotas nas Univer- sidades Públicas. Constitucionalidade	659
23.4. O Princípio da Legalidade	661
23.5. O Art. 5º, III, a Tortura e o Tratamento Desumano ou Degradante	663
23.6. O Direito de Reunião.....	665
23.6.1. Pluralidade de Participantes	665
23.6.2. Duração Limitada e Caráter Episódico	666
23.6.3. Propósito Certo	666

23.6.4. Local Fechado ou Área Reservada	666
23.6.5. Direito de Reunião e Dispensa de Autorização do Poder Público	666
23.6.6. Direito de Reunião e Intervenção de Autoridade Policial	667
23.6.7. Possibilidade de Suspensão do Direito Individual de Reunião	667
23.6.8. Ausência dos Requisitos do Direito de Reunião. Consequência	667
23.7. O Direito de Associação	667
23.7.1. Direito de Associação Civil	668
23.7.2. Direito de Associação Profissional ou Sindical	668
23.7.3. Direito de Associação Política	668
23.8. O Direito do Autor	668
23.9. O Tribunal do Júri	669
23.10. Direito de Liberdade. O Princípio da Liberdade-Matriz	672
23.10.1. Liberdade de Manifestação do Pensamento	673
23.10.2. Liberdade Religiosa	677
23.10.2.2. A Proteção à Liberdade Religiosa na Constituição de 1988..	681
23.10.2.2.1. Visão Crítica da Liberdade Religiosa na Constituição	
de 1988	684
23.10.2.3. Questões Controvertidas sobre a Liberdade Religiosa	685
23.10.2.3.1. A inclusão do Nome de Deus no Preâmbulo do Texto	
Constitucional Afasta a Posição Laica do Estado Bra-	
sileiro?	686
23.10.2.3.2. A Expressão “Deus seja louvado” em Notas de Real –	
Hipótese de Proselitismo Religioso do Estado Bra-	
sileiro?	687
23.10.2.3.3. A Polêmica sobre o Dia da Semana para a Realização	
de Concurso Público.....	688
23.10.2.3.4. O Sacrifício de Animais nas Liturgias do Candomblé	
e Umbanda – Exame à Luz da Constituição, da Legis-	
lação Ordinária	689
23.10.2.3.5. A Transfusão de Sangue e a Opção Religiosa	691
23.10.3. Liberdade de Expressão da Atividade Intelectual, Artística, Científica e de	
Comunicação	692
23.10.4. Liberdade de Ação Profissional.....	693
23.10.5. Liberdade de Informação.....	695
23.10.5.1. Amplitude do Direito de Informação: Direito de Informar,	
Se Informar e Ser Informado	695
23.10.5.2. Direito de Informação e os Direitos Individuais à Intimida-	
de, Vida Privada, Honra e Imagem das Pessoas	696
23.11. Os Direitos Individuais à Intimidade e à Vida Privada.....	696
23.11.1. Direito à Intimidade e Liberdade de Informação Após a EC nº 45/04..	701
23.12. Direito à Honra	703
23.13. A imagem (Direito de Imagem e Direito à Imagem).....	704
23.13.1. Distinção entre Imagem-Atributo e Honra.....	708
23.13.2. Direito de Imagem e Direito de Arena.....	708

23.13.3. Direito de (à) Imagem dos Acusados	709
23.14. Inviolabilidade do Domicílio	711
23.15. Inviolabilidade das Comunicações.....	718
23.16. Direito de Propriedade	722
23.17. O Princípio da Irretroatividade Relativa da Lei	722
23.18. O Princípio do Devido Processo Legal	726
23.18.1. O Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa	727
23.18.2. O Princípio da Proibição da Prova Ilícita	731
23.18.3. O Princípio da Presunção de Não Culpabilidade/Princípio da Inocência	733
23.18.4. O Princípio da Publicidade dos Atos Processuais.....	735
23.18.5. O Devido Processo Legal e o Processo Penal.....	737
23.18.5.1. Prisão e Devido Processo Legal	737
23.18.5.2. Direito ao Silêncio e Devido Processo Legal.....	739
23.18.6. Os Princípios do Juiz e do Promotor Natural	741
23.18.7. O Art. 5º, LXXVIII, e a Razoável Duração do Processo	743
23.19. Garantias Constitucionais Penais.....	748
23.21. O Princípio do Direito de Ação	752
Capítulo 24 – Direitos Sociais Trabalhistas	757
24.1. Conceito e Classificação dos Direitos Sociais	757
24.1.1. Conceito dos Direitos Sociais	757
24.1.2. Classificação dos Direitos Sociais	757
24.2. Os Direitos Sociais Trabalhistas na Constituição de 1988.....	758
24.2.1. O Princípio de Proteção ao Hipossuficiente e sua Inserção na Constituição de 1988.....	758
24.2.1.1. Aplicação da Regra <i>In Dubio Pro Operario</i>	759
24.2.1.2. Aplicação da Norma Mais Favorável.....	759
24.2.1.3. Aplicação da Condição Mais Benéfica.....	759
24.2.2. A Proteção à Relação de Emprego.....	760
24.2.2.1. Exame da Constitucionalidade do Art. 118, da Lei nº 8.213/91 ..	760
24.2.3. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	761
24.2.4. O Salário-Mínimo	762
24.2.4.1. Proibição de Vinculação ao Salário-Mínimo	763
24.2.4.2. Redução de Salário e Redução de Jornada	764
24.2.4.3. Salário-Mínimo e as Súmulas do STF	765
24.2.5. Piso Salarial	766
24.2.6. O Princípio da Autonomia Privada Negocial Coletiva.....	766
24.2.7. Repouso Semanal Remunerado, Preferencialmente aos Domingos	767
24.2.8. As Férias	768
24.2.9. Licença e Estabilidade à Gestante.....	769
24.2.10. Licença-Paternidade	770
24.2.11. Aviso Prévio Proporcional ao Tempo de Serviço	770
24.2.12. Redução dos Riscos Inerentes ao Trabalho	771

24.2.13. A Prescrição dos Direitos Trabalhistas	771
24.2.14. O Princípio Constitucional da Não Discriminação e as Relações de Trabalho	773
24.2.15. A Proibição ao Trabalho da Criança e do Adolescente	776
24.2.16. A Proteção em Face da Automação	777
24.2.17. Os Direitos dos Trabalhadores Domésticos	778
24.2.18. Os Direitos Sociais Trabalhistas Coletivos e o Art. 8º da Constituição...	779
24.2.19. O Art. 9º da Constituição e o Direito de Greve	786
24.2.20. A Participação dos Trabalhadores e Empregadores em Órgãos Públicos e nos Cargos de Representação na Empresa	788
Capítulo 25 – Direitos da Nacionalidade	789
25.1. Nacionalidade: Conceito e Natureza Jurídica	789
25.2. Distinção entre Povo, Nação e População	789
25.3. Nacional e Cidadão	790
25.4. Classificação	790
25.4.1. Nacionalidade Originária ou Primária	790
25.4.2. Nacionalidade Secundária ou Adquirida	791
25.5. Conflitos Negativos e Positivos de Nacionalidade	791
25.6. Nacionalidade Originária na Constituição de 1988	792
25.6.1. A Nacionalidade Potestativa	793
25.7. Nacionalidade Adquirida na Constituição de 1988	794
25.8. Cargos Privativos de Brasileiros Natos	795
25.9. Distinção entre Brasileiros Natos e Naturalizados	796
25.10. Perda da Nacionalidade Brasileira	796
25.11. Direitos da Nacionalidade, Extradicação, Expulsão e Deportação. Pressupostos à Concessão de Extradicação	797
25.12. Direitos da Nacionalidade, Extradicação e a Jurisprudência do STF	798
25.13. A Língua Portuguesa e os Símbolos Nacionais	800
Capítulo 26 – Direitos Políticos e Partidos Políticos	801
26.1. Conceito de Direitos Políticos. O Art. 14 da Constituição. O Sufrágio Universal	801
26.1.1. Distinção entre Sufrágio, Voto e Escrutínio	801
26.2. Instrumentos de Democracia Participativa	802
26.3. Capacidade Eleitoral Ativa	803
26.4. Capacidade Eleitoral Passiva	803
26.4.1. Elegibilidade dos Militares	806
26.4.2. O § 9º, Art. 14/CF e o Registro de Candidato “Ficha-Suja”	807
26.5. Perda ou Suspensão dos Direitos Políticos	809
26.6. Anualidade da Lei Eleitoral	809
26.7. Partidos Políticos. Conceito. Natureza Jurídica	810
26.7.1. Princípios Constitucionais dos Partidos Políticos	810
26.7.2. Fidelidade e Disciplina Partidárias	811
26.7.3. Direito de Antena	814

Capítulo 27 – Instrumentos de Garantia de Direitos	815
27.1. Nota Explicativa ao Capítulo.....	815
27.2. O <i>Habeas Corpus</i>	815
27.2.1. A Doutrina Brasileira do <i>Habeas Corpus</i>	815
27.2.2. Espécies de <i>Habeas Corpus</i> : Preventivo e Repressivo	816
27.2.3. <i>Habeas Corpus</i> , Liberdade de Locomoção e Liberdade de Circulação...	816
27.2.4. Legitimidade Ampla Para Impetração de <i>Habeas Corpus</i>	817
27.2.5. Forma de Impetração. Petição Inicial de <i>Habeas Corpus</i> Apócrifa	817
27.2.6. Agente Coator no <i>Habeas Corpus</i> . O Particular	818
27.2.7. Não Cabimento do <i>Habeas Corpus</i>	818
27.2.8. Suspensão do <i>Habeas Corpus</i>	819
27.3. O Mandado de Segurança.....	820
27.3.1. Natureza Jurídica da Ação Constitucional	820
27.3.2. A Expressão “Direito Líquido e Certo”.....	820
27.3.3. Não Cabimento Para Tutela à Liberdade de Ir e Vir e Autodeterminação Informática	821
27.3.4. Espécies de Mandado de Segurança.....	821
27.3.5. Agente Coator em Sede Mandado de Segurança. Particular e Competência Delegada	822
27.3.6. Mandado de Segurança e o Art. 5º, da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009	823
27.3.7. Prazo Para Impetração. Constitucionalidade	823
27.3.9. Competência Para Julgamento.....	824
27.3.10. O Mandado de Segurança Coletivo	824
27.3.10.1. Legitimidade para o <i>Writ</i> Coletivo.....	825
27.3.10.2. Objeto do Mandado de Segurança Coletivo.....	825
27.3.10.3. Mandado de Segurança Coletivo e Dispensa de Prévia Autorização dos Associados.....	826
27.4. O Mandado de Injunção.....	826
27.4.1. O Mandado de Injunção no Direito Estrangeiro	826
27.4.2. Legitimidade Para Impetração de Mandado de Injunção.....	827
27.4.3. Objeto do Mandado de Injunção	827
27.4.4. Definição de “Norma Regulamentadora”	828
27.4.5. Efeitos do Mandado de Injunção	829
27.4.6. Procedimento no Mandado de Injunção.....	831
27.5. O <i>Habeas Data</i>	831
27.5.1. Objeto da Impetração	831
27.5.2. Legitimidade Ativa Restrita. <i>Exceção</i>	832
27.5.3. Legitimidade Passiva.....	832
27.5.4. A Prova da Recusa das Informações. Constitucionalidade.....	832
27.5.5. Cabimento de <i>Habeas Data</i> na Justiça do Trabalho.....	833
27.6. A Ação Popular	834
27.6.1. Origem da Ação Popular	834
27.6.2. Alargamento do Objeto da Ação Popular	834

27.6.3. A Legitimidade do Cidadão (Legitimidade Cívica).....	834
27.6.4. Menor de Dezoito Anos Pode Propor Ação Popular?	835
27.6.5. A Ação Popular Pode Servir Para Obrigar o Poder Público à Emissão de Norma Destinada a Proteger o Erário?	836
27.6.6. Ação Popular e Mau Uso Pelo Cidadão.....	836
27.6.7. Ação Popular e Reexame Necessário	837
27.7. A Ação Civil Pública	837
27.7.1. Ação Civil Pública e Dispensa de Inquérito Civil Público.....	838
27.7.2. Objeto da Ação Civil Pública.....	838
27.7.3. Legitimidade Concorrente na Ação Civil Pública	839
27.7.4. Ministério Público e Defesa de Interesses Individuais Homogêneos. A Jurisprudência do STF	839
27.7.4.1. O Ministério Público do Trabalho e a Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos Trabalhistas.....	840
27.7.5. Sindicatos e Defesa dos Interesses Difusos.....	840
27.7.6. Ação Civil Pública e a Limitação Territorial dos Efeitos da Sentença Ditada pelo Art. 16 da Lei nº 7.347/85	841
27.7.7. Ação Civil Pública e Controle de Constitucionalidade	842
Capítulo 28 – Ordem Econômica e Financeira	845
28.1. Ambiguidade da Expressão “Ordem Econômica”. Conceito de Ordem Eco- nômica. Objetivos da Ordem Econômica	845
28.2. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Modelos de Ordem Econômica. A Opção Constituinte	846
28.2.1. Propriedade Privada	847
28.2.2. Função Social	847
28.2.3. Livre Concorrência	848
28.2.4. Defesa do Consumidor.....	848
28.2.5. Defesa do Meio Ambiente.....	849
28.2.6. Busca do Pleno Emprego.....	849
28.2.7. Tratamento Favorecido ao Pequeno Empresário (Conceito de Empresa Brasileira)	850
28.2.8. O Princípio da Liberdade de Iniciativa Econômica.....	851
28.3. A Intervenção do Estado no Domínio Econômico na Constituição de 1988. A Intervenção Direta e Indireta. O Planejamento Econômico.....	851
28.3.1. A Intervenção Direta	852
28.3.1.1. Traços Distintivos Entre as Empresas Públicas e as Socieda- des de Economia Mista.....	854
28.3.1.2. Intervenção Direta e o Princípio Isonômico	854
28.3.2. A Intervenção Indireta	855
28.3.2.1. Modalidades de Intervenção Indireta. A Fiscalização, o Incen- tivo e o Planejamento.....	856
28.4. Livre Concorrência e o § 4º do Art. 173.....	860
28.5. Monopólio da União	861

28.6. Política Urbana	862
28.6.1. O Plano Diretor	863
28.6.2. Função Social da Propriedade Urbana. Sanções Para Descumprimento ..	864
28.6.2.1. Distinção Entre Interesse Social, Necessidade Pública e Utili- dade Pública	866
28.6.3. Usucapião Pró-Moradia	866
28.7. Política Agrária, Fundiária e Reforma Agrária	867
28.7.1. Usucapião <i>Pro Labore</i>	869
28.8. Insuscetibilidade de Usucapião de Imóveis Públicos Urbanos e Rurais	869
28.9. O Sistema Financeiro Nacional	869
Capítulo 29 – Ordem Social	871
29.1. Introdução	871
29.2. A Seguridade Social	871
29.2.1. O Direito à Saúde	874
29.2.2. A Previdência Social	879
29.2.2.2. Aposentadoria dos Trabalhadores da Iniciativa Privada	880
29.2.2.3. O Princípio da Inclusão Previdenciária	881
29.2.3. A Assistência Social	882
29.3. Educação, Cultura e Desporto	883
29.4. Ciência e Tecnologia	889
29.5. Comunicação Social	890
29.6. Meio Ambiente. Conceito. A Proteção no Sistema Constitucional	893
29.6.1. Classificação do Meio Ambiente	897
29.6.1.1. Meio Ambiente Natural	897
29.6.1.1.1. Proteção à Fauna e Manifestações Culturais	897
29.6.1.2. Meio Ambiente Artificial	898
29.6.1.3. Meio Ambiente Cultural	898
29.6.1.4. Meio Ambiente do Trabalho	898
29.6.2. Princípios Constitucionais Ambientais	898
29.6.2.1. Princípio da Responsabilidade	898
29.6.2.2. Princípio da Precaução	899
29.6.2.3. Princípio do Poluidor-Pagador	899
29.6.2.4. Princípio da Proteção Ambiental	899
29.6.2.5. Princípio da Equidade Intergeneracional	899
29.6.2.6. Princípio da Cooperação	899
29.6.3. Socioambientalismo e a Constituição de 1988	900
29.6.4. Transgenismo e Meio Ambiente	900
29.7. A Família na Constituição de 1988. A Criança, o Adolescente e o Idoso	901
29.8. Os Índios	905
Referências Bibliográficas	909
Índice Remissivo	929
Índice Onomástico	953

Índice Numérico-Remissivo de Emendas Constitucionais (EC's) e de Emendas Constitucionais de Revisão (ECR's)	963
Índice de Súmulas Vinculantes	969